

Brasília não pode ser "um oásis no cerrado"

22-007 1986

"O futuro de Brasília depende do sucesso da política de desenvolvimento regional do País. Não é possível fazer um oásis no planalto central do Brasil, cercado de subdesenvolvimento por todos os lados." A afirmação foi feita ontem pelo ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, quando falou sobre "migrações internas" durante o simpósio "Brasília: concepção, realidade, destino", promovido pelo governo do Distrito Federal, informou a EBN.

De acordo com Costa Couto, "a solução do problema de concentração urbana que atravessa o País passa necessariamente pela reforma agrária e pelos investimentos públicos em infra-estrutura no interior do Brasil, buscando, ainda, deslocar do litoral brasileiro uma parcela dos 50 milhões de pessoas que ali habitam".

"Para se ter uma idéia", lembrou o ministro, "em apenas nove regiões metropolitanas existem 40 milhões de pessoas, o que é equivalente à população total dos estados do Nordeste."

Segundo ele, "o processo de ocupação urbana no Brasil não possui similar no mundo. De 1970 a 1980 a população de Belém e Fortaleza cresceu 52%, a de Salvador 54%, a de Belo Horizonte 58,3% e a de Curitiba 75%. Se em 1950 a população rural brasileira era de 32 milhões de pessoas, ou 68% da população total do País, em 1980 a população urbana era de 80 milhões de brasileiros, o que corresponde a 67% do total. A consequência disso é a queda da qualidade de vida".

Brasília sofre um processo absurdo de ocupação humana, ressaltou Costa Couto, para quem "tendo sido planejada para 500 mil habitantes, até o ano 2.000, hoje ela já conta com 1,5 milhão de pessoas".

"Se pensarmos em inércia histórica, Brasília duplicará sua população em dois anos, caindo seu nível de vida, uma vez que os governos não conseguem aumentar na mesma medida a oferta de serviços públicos. A grande Brasília já invadiu Goiás e disparou em direção ao final do sé-

culo, concentrando três vezes mais população do que seria de esperar nesses 28 anos", disse o ministro.

"Para o governo, é isso que tem de ser feito: mobilizar as comunidades e as lideranças políticas num mutirão participativo, aumentando a oferta de serviços públicos nos bolsões de pobreza absoluta, e acoplar estes programas sociais à reforma agrária, ao Plano de Irrigação e a outros projetos de interesse nacional", finalizou.